



ALEXSANDER DE MELO SANTOS

PRECONCEITOS DE LEITURA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

GOIÂNIA
2024

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE):

Nome completo do autor: Alexsander de Melo Santos

Título do trabalho Preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras: impactos e estratégias de enfrentamento

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCE.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXSANDER DE MELO SANTOS
Data: 17/07/2024 10:12:26-0300
Verifique em <https://validar.ri.gov.br>

Alexsander de Melo Santos

Ciente e de acordo:

Documento assinado digitalmente
gov.br CAMILA ALVES DE MELO
Data: 17/07/2024 13:48:53-0300
Verifique em <https://validar.ri.gov.br>

Profa. Dra. Camila Alves de Melo

Data: 12 / 07 / 2024

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

ALEXSANDER DE MELO SANTOS

**PRECONCEITOS DE LEITURA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS:
IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Informação e
Comunicação da Universidade Federal de
Goiás (FIC-UFG), como requisito parcial
para a obtenção do título de Especialista
em Letramento Informacional.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Camila Alves
de Melo.

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistemas de Bibliotecas UFG.

S237p Santos, Alexsander de Melo

Preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras: impactos e estratégias de enfrentamento / Alexsander de Melo Santos. - 2024.
21f.

Orientador: Prof. Camila Alves de Melo.
Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Curso de Especialização em Letramento Informacional, Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, 2024.

1. preconceito de leitura. 2. escolas públicas. 3. cultura de leitura. 4. políticas educacionais. I. Melo, Camila Alves de, orientador. II. Título.

CDU 02

ATA DA SESSÃO DE DEFESA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos doze dias de julho de 2024, a partir das 19h30, foi realizada a sessão de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do discente Alexsander de Melo Santos com o título: Preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras: impactos e estratégias de enfrentamento orientado pela professora Dra. Camila Alves de Melo.

A Banca Examinadora foi composta pelas professoras: Dra. Esdra Basílio e M.a Sara da Cruz Vieira.

Às 20h, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo o discente sido APROVADO.

Documento assinado digitalmente
 CAMILA ALVES DE MELO
Data: 12/07/2024 20:18:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. _____

Dra. Camila Alves de Melo

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 ESDRA BASILIO
Data: 12/07/2024 20:37:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. _____

Dra. Esdra Basílio (UFG)

Convidada

Documento assinado digitalmente
 SARA DA CRUZ VIEIRA
Data: 12/07/2024 20:25:35-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. _____

M.a Sara da Cruz Vieira (UFG)

Convidada



PRECONCEITOS DE LEITURA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO¹

Alexsander de Melo Santos²

RESUMO: Esse trabalho trata dos preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras. Nessa perspectiva surgiu a ideia de investigar de que forma as pesquisas acadêmicas retratam os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras. O artigo possui o objetivo de analisar pesquisas que tratam sobre os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras. Ainda possui os objetivos específicos de investigar seus impactos e de discutir estratégias de enfrentamento. Para isso, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com análise de fontes e síntese crítica dos resultados. Foram utilizadas bases como Scopus e Google Acadêmico, com palavras-chave pertinentes. Foi realizada uma revisão de literatura com objetivo de coletar e sintetizar pesquisas e discussões acadêmicas relacionadas ao tema. Apresenta-se o resultado que os preconceitos de leitura são complexos e multifacetados, influenciados por fatores culturais, sociais e educacionais. Tais preconceitos afetam negativamente o desenvolvimento dos estudantes, contribuindo para evasão escolar, baixa autoestima e falta de confiança nas habilidades de leitura e superá-los requer uma abordagem holística que valorize a diversidade cultural e social dos estudantes. Políticas educacionais inclusivas e práticas pedagógicas inovadoras são essenciais para promover uma cultura de leitura crítica e reflexiva, garantindo o acesso equitativo à educação de qualidade.

Palavras-chave: preconceito de leitura; escolas públicas; cultura de leitura; políticas educacionais.

ABSTRACT: This work addresses reading prejudices in Brazilian public schools. From this perspective, the idea arose to investigate how academic research portrays reading prejudices in Brazilian public schools. The article aims to analyze research that addresses reading prejudices in Brazilian public schools, with specific objectives to investigate their impacts and discuss coping strategies. The research adopted a qualitative approach involving source analysis and critical synthesis of results. Databases such as Scopus and Google Scholar were used with relevant keywords. A literature review was conducted to gather and synthesize research and academic discussions on the topic. The findings reveal that reading prejudices are complex and multifaceted, influenced by cultural, social, and educational factors. These prejudices adversely affect student development, contributing to school dropout rates, low self-esteem, and lack of confidence in reading abilities. Overcoming them requires a holistic approach that values students' cultural and social diversity. Inclusive educational policies and innovative pedagogical practices are essential to promote a culture of critical and reflective reading, ensuring equitable access to quality education.

Keywords: reading prejudice; public schools; reading culture; educational policies.

¹ Artigo apresentado ao curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás, orientado pela Prof(a). Dr(a). Camila Alves de Melo, como requisito parcial para conclusão do curso.

² Pós-graduando(a) do curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás. UFG. E-mail: alexsanderdemelo@discente.ufg.br

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil tem enfrentado desafios significativos, por vezes esquecidos, no que diz respeito à formação de leitores proficientes entre os alunos das escolas públicas. Um dos obstáculos mais persistentes nesse contexto é o preconceito de leitura, um fenômeno complexo que envolve atitudes negativas, falta de incentivo e acesso limitado a materiais adequados.

A leitura, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (Ministério da Educação e Cultura, 1998), é o processo onde o indivíduo compreende e interpreta o texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que sabe sobre a linguagem dentre outras coisas. A leitura desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos e no desenvolvimento das sociedades, sendo reconhecida como uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania e o acesso ao conhecimento. Contudo, nas instituições de ensino públicas do Brasil, nos deparamos com obstáculos significativos ligados aos preconceitos em relação à leitura, que afetam diretamente a qualidade e equidade da educação no país. Abreu (2001, p.140) nos relata que há um estereótipo e preconceito quanto aos moldes de leitura representados pelos leitores brasileiros desde a colonização do Brasil. Os preconceitos de leitura são manifestações de estereótipos, atitudes negativas e barreiras sociais que dificultam o acesso e o interesse dos alunos pela leitura. Esses preconceitos podem se manifestar de diversas maneiras, desde a falta de material de leitura até a desvalorização de determinados gêneros literários ou grupos sociais. Abordar a leitura nas escolas públicas brasileiras é um processo complexo e multifacetado que envolve não apenas questões educacionais, mas também questões sociais, culturais e políticas. Compreender a natureza destes preconceitos e o seu impacto no contexto educacional é importante para o desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes e para a promoção de uma cultura de leitura mais inclusiva e acessível a todos os alunos.

A leitura vai muito além apenas da escrita ou da decodificação de palavras, ela é o processo de compreensão de expressões formais ou simbólicas, independentemente por meio de qual linguagem (Martins, 1994). Existem diversas práticas de leitura como: de mundo, de um gesto ou situação, oral, silenciosa, cotidianas. A leitura e suas práticas estão em todos os lugares e podem ser

encontradas nos mais variados suportes. Diante desse cenário, a pesquisa pretende responder a seguinte questão: De que forma as pesquisas acadêmicas retratam os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras? Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar pesquisas que tratam sobre os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras, e os objetivos específicos são:

- a) investigar seus impactos;
- b) discutir estratégias de enfrentamento;

Para isso, foi realizada uma revisão de literatura visando coletar e sintetizar pesquisas e discussões acadêmicas relacionadas ao tema. A pesquisa é motivada pela vontade de sensibilizar os leitores a compreenderem melhor os preconceitos relacionados à leitura e seu impacto no contexto educacional brasileiro. Almeja-se contribuir significativamente para o desenvolvimento de práticas de leitura mais inclusivas e democráticas. Essas práticas não apenas visam reduzir as disparidades no acesso à informação, mas também têm o objetivo de fomentar o desenvolvimento integral dos estudantes, capacitando-os a participar ativamente na sociedade contemporânea cada vez mais centrada no conhecimento. Ao promover um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade de experiências e perspectivas, torna-se possível fortalecer os alicerces para uma educação mais equitativa e enriquecedora para todos os brasileiros.

No capítulo a seguir, descreve-se a metodologia utilizada para investigar os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, buscando compreender em profundidade os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras. Na metodologia realizou-se as seguintes etapas:

1. Revisão de Literatura: Foi realizada uma revisão narrativa da literatura sobre preconceitos de leitura, ou seja, uma revisão que não esgota as fontes de informações e não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas, ficando a critério da subjetividade do autor selecionar os estudos e interpretar as informações (Biblioteca Dante Moreira Leite, 2014). Durante o período de abril, maio e primeira quinzena de junho de 2024, buscou-se identificar estudos relevantes publicados em

periódicos acadêmicos, livros e outros materiais pertinentes. Foram exploradas bases de dados como Scopus, Scielo e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema, como "preconceitos de leitura", "cultura de leitura", "práticas de leitura", entre outras.

2. Seleção e Análise de Fontes: Os estudos identificados na revisão de literatura foram selecionados com base em critérios de relevância e pertinência para os objetivos da pesquisa. Foram considerados principalmente estudos que abordavam os preconceitos de leitura especificamente no contexto das escolas públicas brasileiras, bem como suas causas, impactos e estratégias de enfrentamento. A análise das fontes incluiu a extração de informações relevantes e a identificação de padrões e tendências comuns entre os estudos.

3. Síntese e Discussão dos Resultados: Os resultados da revisão de literatura foram sintetizados e discutidos de forma crítica, visando compreender os principais aspectos dos preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras. Foram identificados temas recorrentes e lacunas de conhecimento, que orientaram a elaboração das considerações finais da pesquisa.

4. Limitações da Pesquisa: É importante reconhecer que esta pesquisa possui algumas limitações pois, apesar da busca criteriosa por estudos pertinentes, nem todos os trabalhos relevantes para o objeto de estudo foram utilizados. Além disso, a abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa não permite generalizações amplas, sendo importante considerar a especificidade do contexto investigado.

Apesar dessas limitações, a metodologia adotada nesta pesquisa proporcionou uma análise pertinente dos preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras, contribuindo para uma compreensão mais abrangente desse fenômeno e suas implicações para o contexto educacional do país.

O próximo capítulo aborda a complexidade da definição de leitura e seus significados variados, desde a interpretação de textos escritos até a compreensão de imagens e contextos diversos. Destaca-se também a influência dos preconceitos de leitura, que englobam atitudes negativas e estereótipos, impactando a relação das pessoas com os livros e afetando tanto o ambiente escolar quanto a sociedade em geral. A discussão ressalta a necessidade de políticas educacionais inclusivas que promovam uma leitura crítica e reflexiva, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao refletirmos sobre leitura, é preciso compreender a amplitude de definições e de significados que essa palavra carrega em si, o que possibilita um amplo debate sobre o tema.

É certo que não é nada fácil chegar a uma definição acerca do que vem a ser leitura, “pois são inúmeros os conceitos que podem ser encontrados. Conceitos que percorrem desde a leitura do texto escrito até a leitura da imagem, da paisagem, da fotografia, do corpo dentre tantas outras coisas” (Santos, 2018, p. 21).

É esclarecido por Fischer (2006, p. 11) que: “O ato de ler é variável e não absoluto”, ou seja, depende de onde e de que forma está sendo realizada a leitura.

Na subseção a seguir buscou-se definir e explorar o conceito de preconceito de leitura. Discute-se como atitudes, crenças e estereótipos negativos afetam a relação das pessoas com a leitura, tanto no contexto escolar quanto na sociedade em geral.

3.1 Definição de preconceito de leitura

Segundo Gasparin (2012), o preconceito de leitura pode ser entendido como um conjunto de atitudes, crenças e estereótipos negativos em relação à leitura, que influenciam diretamente o comportamento dos indivíduos em relação aos livros e à prática da leitura. Essas atitudes podem surgir de diversos contextos, incluindo fatores socioeconômicos, culturais e educacionais. Tal definição reconhece que o preconceito de leitura pode surgir de múltiplos contextos e ser influenciado por diversas variáveis sociais e culturais. Isso ajuda a entender que não se trata apenas de uma questão individual, mas também estrutural.

De acordo com Rosemberg (2015), o preconceito de leitura pode ser observado tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral, manifestando-se em formas variadas, como a subvalorização de determinados gêneros literários, a exclusão de grupos sociais marginalizados das práticas de leitura e a falta de incentivo à diversidade de experiências literárias. Essa definição é mais específica

ao destacar exemplos claros do preconceito de leitura. Isso torna o conceito mais palpável e aplicável em diferentes contextos.

Essas afirmações oferecem perspectivas complementares sobre o preconceito de leitura, ajudando a entender que esse fenômeno é multifacetado, sendo influenciado por fatores individuais, sociais, culturais e estruturais. Isso permite uma análise mais abrangente e contextualizada das dinâmicas que afetam o acesso e a valorização da leitura em diferentes grupos e contextos sociais.

A seguir foram exploradas diferentes perspectivas sobre o que constitui leitura, destacando críticas às definições restritivas que consideram apenas a leitura de livros como válida. Chartier (2012) é mencionado como crítico dessas concepções limitadas, argumentando que a prática de leitura é muito mais ampla e inclusiva do que indicam algumas pesquisas tradicionais.

3.1.1 A visão acerca da leitura

Infelizmente o preconceito com relação a leitura é uma realidade, por exemplo, a pesquisa Retratos da leitura no Brasil considera leitor “aquele que leu inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses” ignorando a leitura em outros suportes. Esse conceito de leitor é criticado por Roger Chartier, em entrevista concedida à Agência Brasil em 2012, pois, na visão dele, o ato de ler não se trata exclusivamente de ler livros.

Essas pesquisas que perguntam às pessoas se elas leem livros estão sempre ignorando que a leitura é muito mais do que ler livros. Basta ver em todos os comportamentos da sociedade que a leitura é uma prática fundamental e disseminada. Isso inclui a leitura dos livros, mas muita gente diz que não lê livros e de fato está lendo objetos impressos que poderiam ser considerados [jornais, revistas, revistas em quadrinhos, entre outras publicações]. Não devemos ser pessimistas, o que se deve pensar é que a prática da leitura é mais frequente, importante e necessária do que poderia indicar uma pesquisa sobre o número de livros lidos (Chartier, 2012).

Quanto às práticas de leitura, ainda ocorre que o cânone escolar rejeita certas leituras não estabelecidas pelo mesmo como relevantes e as julgam como “não leituras” de maneira equivocada pois,

Aqueles que são considerados não leitores leem, mas leem coisa diferente daquilo que o cânone escolar define como uma leitura legítima. [...] É preciso utilizar aquilo que a norma escolar rejeita como um suporte para dar acesso à leitura na sua plenitude, isto é, ao encontro de textos densos e

mais capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir e pensar. (Chartier, 1999, p.104)

Ceccantini (2010) argumenta que o cânone escolar, ao privilegiar certas obras em detrimento de outras, pode perpetuar visões de mundo particulares, marginalizando vozes e perspectivas que não se encaixam nos critérios estabelecidos. Ele questiona a objetividade dessa seleção e sugere que a canonização de determinadas obras não deve implicar na exclusão automática de outras que possam oferecer *insights* valiosos ou representar grupos minorizados.

Assim, Ceccantini (2010) critica a rigidez do cânone escolar e defende uma abordagem mais inclusiva e aberta à diversidade de expressões literárias, reconhecendo que a relevância de uma obra pode variar ao longo do tempo e conforme os contextos sociais e culturais.

Freire (1983) argumenta que a educação deve ser sensível às realidades culturais e sociais dos estudantes, reconhecendo suas vivências e valorizando suas formas de expressão. Nesse sentido, os preconceitos culturais podem se manifestar na escola através da imposição de padrões eurocêntricos de literatura, desconsiderando a riqueza e diversidade das tradições culturais brasileiras.

Por sua vez, Gomes (2009) destaca a relação entre preconceitos sociais e acesso à leitura, ressaltando que grupos socialmente marginalizados enfrentam maiores barreiras no que diz respeito ao acesso a livros e oportunidades de leitura. Esses preconceitos podem perpetuar ciclos de exclusão e reproduzir desigualdades sociais no âmbito educacional. Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de abordar os preconceitos culturais e sociais de forma crítica nas escolas públicas brasileiras, promovendo práticas de leitura que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e social dos estudantes, bem como seus interesses e gostos relacionados à leitura.

A seguir são analisados os efeitos negativos do preconceito de leitura, como o aumento da evasão escolar e os impactos psicossociais nos estudantes. Autores que abordam o tema foram referenciados para explicar como o estigma associado à leitura pode influenciar negativamente o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional dos indivíduos.

3.1.2 Impactos do preconceito de leitura

Soares (2018) destaca que o preconceito de leitura pode contribuir para o aumento da evasão escolar, especialmente entre os estudantes que se sentem desencorajados ou excluídos das práticas de leitura na escola. Ele argumenta que a falta de identificação com os materiais de leitura disponíveis e a percepção de que a leitura é uma atividade desinteressante ou irrelevante podem levar os estudantes a abandonar os estudos precocemente.

Silva (2018), por sua vez, aborda um aspecto importante ao ressaltar os impactos psicossociais do preconceito de leitura, incluindo baixa autoestima, falta de confiança nas próprias habilidades e sentimentos de inadequação. Ela argumenta que os estudantes que internalizam os estigmas associados à leitura podem desenvolver uma aversão permanente à prática da leitura, prejudicando não apenas seu desempenho acadêmico, mas também seu bem-estar emocional e social.

As análises dos autores sublinham a necessidade urgente de combater os preconceitos de leitura e promover métodos de ensino mais inclusivos e acessíveis nas escolas públicas brasileiras. Compreender tais efeitos negativos destes preconceitos se faz necessário para o desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes que satisfaçam as necessidades dos alunos e promovam uma cultura de leitura mais equitativa e enriquecedora.

Nesse contexto, a crítica de Abreu (2001) à visão preconceituosa sobre leitura ressalta que a leitura não se restringe aos contextos escolares tradicionais. Ela se estende por diversos aspectos da vida cotidiana, sendo diretiva e formativa ao permitir o aprendizado contínuo e a compreensão do mundo ao nosso redor, conforme Santos (2018) e a perspectiva de Freire (1983).

A seguir, aborda-se o caráter diretivo e formativo da leitura, não apenas aumentando a compreensão acerca das práticas de leitura, mas também ressaltando sua importância como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral dos indivíduos, promovendo uma participação mais informada e crítica na sociedade contemporânea.

3.2 Caráter diretivo e formativo da leitura

Ao criticar a ideia preconceituosa acerca da leitura e do leitor, Abreu (2001)

defende que a leitura está presente em todos os lugares, nos anúncios eletrônicos, nos *outdoors*, nas placas de rua, no cinema, na música e em tantos outros lugares. Isso amplia significativamente o conceito de leitura, mostrando que ela é uma atividade disseminada e constante no nosso dia a dia, não se restringindo apenas a textos literários.

Para Freire (1983), a leitura não se resume exclusivamente à habilidade de ler textos escritos; ela envolve uma compreensão mais ampla e profunda do mundo ao nosso redor. Ele introduziu o conceito de "leitura do mundo" que precede a "leitura das palavras". Isso significa que antes de aprender a ler textos escritos, os indivíduos precisam aprender a interpretar e compreender o contexto social, político, econômico e cultural em que estão inseridos.

Freire (1983) ainda argumenta que nossa compreensão das palavras e do mundo é profundamente interligada. A capacidade de ler o mundo envolve uma consciência crítica das relações de poder, das estruturas sociais e das injustiças que permeiam a sociedade. Esta leitura do mundo é essencial para capacitar os indivíduos a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e comunidades.

Desse modo, “a leitura ganha outra dimensão mais ampla, diretiva e formativa. Diretiva no sentido dela se fazer presente em todos os lugares devido à grande quantidade de autoatendimentos existentes atualmente e formativa pois, por meio da leitura, é possível aprender” (Santos, 2018, p. 22) e, também, porque, como já dito por Paulo Freire (1983), por meio dela que é possível ligar a leitura da palavra com a leitura de mundo. Essa conexão entre a leitura textual e a leitura crítica da realidade fortalece o argumento de que a leitura é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento humano integral. Martins (1994, p. 17) dirá que: “A leitura acontece quando começamos a organizar os conhecimentos adquiridos e a estabelecer relações entre as experiências e a tentar resolver os problemas que nos apresentam”.

Segundo Goulemot (2001, p. 107) “ler será, portanto, fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de dados culturais”. Ao refletir sobre a afirmação do autor, se entende que quanto mais se realizarem práticas de leitura, não importando seu suporte, mais relações entre textos realizaremos e mais se aprenderá. Isso só reforça que “seja popular ou erudita, ou letrada, a leitura é sempre produção de sentido” (Goulemot, 2001, p. 107). A leitura

se adapta a realidade e cronologia da qual faz parte, ela pode influenciar e ser influenciada pelo meio e pela cultura. Para Santos (2014, p. 362) “é por meio das práticas de leitura que os indivíduos aumentam sua capacidade de reflexão e de entendimento daquilo que está a sua volta”, algo essencial para o desenvolvimento pessoal e social, pois promove uma maior consciência crítica e uma participação mais informada na sociedade.

Essa compreensão mais ampla da leitura como uma prática ubíqua e essencial é central para a formulação de políticas de incentivo à leitura. Como apontado a seguir por Soares (2004), Cara (2019), e Cândido (1995), tais políticas não devem se limitar à distribuição de livros, mas devem incluir estratégias que fortaleçam as competências leitoras críticas e reflexivas. Isso é crucial para enfrentar as desigualdades educacionais e garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade e ao pleno exercício de sua cidadania.

3.2.1 Políticas de incentivo à leitura

As políticas públicas educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da leitura e no combate aos preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras. Soares (2004) argumenta que as políticas de incentivo à leitura devem ir além da simples distribuição de livros e contemplar estratégias que promovam o desenvolvimento de competências leitoras críticas e reflexivas. Nesse sentido, é essencial que as políticas educacionais considerem as especificidades dos contextos escolares e das comunidades atendidas, buscando promover uma cultura de leitura inclusiva e participativa. Cara (2019), fala sobre a necessidade de políticas que enfrentem as desigualdades educacionais e garantam o direito à educação de qualidade para todos. Para ele, as políticas de leitura devem ser parte integrante de um projeto mais amplo de democratização do ensino, que combata o analfabetismo funcional e promova a formação de cidadãos críticos e participativos. Cândido (1995) também destaca a importância de políticas de democratização do acesso ao livro e à leitura, especialmente para grupos sociais historicamente marginalizados. Ele enfatiza que o acesso à leitura é um direito fundamental de cidadania e que cabe ao Estado garantir condições equitativas para que todos os indivíduos possam desfrutar desse direito.

Tais reflexões evidenciam a necessidade de políticas públicas educacionais mais abrangentes e efetivas no enfrentamento dos preconceitos de leitura nas

escolas públicas brasileiras. A análise crítica dessas políticas e/ou programas de formação e capacitação é essencial para identificar lacunas e propor medidas que promovam uma educação mais democrática e inclusiva.

4 ANÁLISES

No referencial teórico foram explorados estudos e perspectivas teóricas que ajudam a compreender a complexidade e a importância da leitura, bem como os preconceitos associados a essa prática. Dentre os estudos encontrados nas buscas verificou-se:

1. Amplitude de definições de leitura: Santos (2018) e Fischer (2006) destacam que o conceito de leitura vai além da interpretação de textos escritos, abrangendo também imagens, paisagens, fotografias e outros formatos. Fischer (2006) ressalta que o ato de ler é variável e contextual, dependendo do meio e da forma como é realizado, o que enfatiza a diversidade de práticas interpretativas.

2. Preconceito de leitura: Gasparin (2012) define o preconceito de leitura como um conjunto de atitudes negativas que influenciam a relação das pessoas com os livros e a leitura. Rosemberg (2015) complementa, observando que essas atitudes podem marginalizar certos gêneros literários e grupos sociais, limitando o acesso e o interesse pela leitura.

3. Críticas ao conceito restrito de leitor: Chartier (2012) critica a visão restrita de leitura como sendo exclusivamente a leitura de livros. Ele argumenta que a prática de leitura é vasta e inclui uma variedade de suportes como jornais, revistas e outras publicações. Ceccantini (2010) questiona o cânone escolar que privilegia certas obras em detrimento de outras, defendendo uma abordagem mais inclusiva que reconheça a diversidade cultural e literária.

4. Impactos do preconceito de leitura: Soares (2018) e Silva (2018) discutem os efeitos negativos do preconceito de leitura, incluindo aumento da evasão escolar e impactos psicossociais nos estudantes. Esses autores destacam como o estigma associado à leitura pode desencorajar os alunos e prejudicar seu desenvolvimento acadêmico e emocional.

5. Caráter diretivo e formativo da leitura: Abreu (2001) argumenta que a leitura é uma prática disseminada e formativa, presente em diversos aspectos da vida

cotidiana, o que amplia seu significado além dos textos literários tradicionais. Santos (2018), Goulemot (2001) e Freire (1983) complementam, enfatizando que a leitura não apenas transmite conhecimento, mas também promove a reflexão e a compreensão do mundo ao nosso redor.

6. Políticas de incentivo à leitura: Soares (2004), Cara (2019) e Cândido (1995) abordam a importância de políticas públicas educacionais que promovam a leitura de maneira inclusiva e democrática. Essas políticas não devem se limitar à distribuição de livros, mas devem englobar estratégias que fortaleçam as competências leitoras críticas e reflexivas dos alunos, enfrentando assim as desigualdades educacionais.

Ao analisar esses estudos, percebe-se um panorama rico e multidimensional sobre a leitura. A partir das diferentes perspectivas teóricas apresentadas, é possível entender que a leitura não se resume apenas a uma habilidade técnica; é, sobretudo, uma prática cultural e socialmente moldada, cuja valorização e promoção são essenciais para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Portanto, a crítica aos preconceitos relacionados à leitura e a implementação de políticas educacionais amplas são essenciais para eliminar obstáculos e expandir o acesso ao conhecimento e à cultura através da leitura.

5 RESULTADOS

A revisão de literatura proporcionou uma compreensão pertinente sobre os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras, destacando diferentes aspectos desse fenômeno e suas implicações para o contexto educacional.

Identificou-se que o preconceito de leitura é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve atitudes, crenças e estereótipos negativos em relação à leitura. Esses preconceitos podem se manifestar de diversas formas, desde a falta de acesso a materiais de leitura até a subvalorização de determinados gêneros literários e, além disso, os preconceitos de leitura estão intrinsecamente ligados a questões culturais e sociais. Foi destacada a importância de considerar o contexto sociocultural dos estudantes ao analisar as práticas de leitura nas escolas públicas brasileiras, bem como a relação entre preconceitos sociais e acesso à leitura.

Os resultados obtidos na pesquisa indicam que os preconceitos de leitura têm impactos significativos no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Foi identificado que esses preconceitos podem contribuir para o aumento da evasão escolar, baixa autoestima e falta de confiança nas próprias habilidades de leitura, prejudicando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e social dos estudantes.

Os resultados destacam a complexidade e a gravidade dos preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras, sublinhando a urgência de intervenções eficazes que promovam uma cultura de leitura mais inclusiva, equitativa e enriquecedora para todos os estudantes. Evidenciou-se a relevância das políticas públicas educacionais no enfrentamento desses preconceitos, ressaltando a necessidade de políticas mais abrangentes e efetivas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e social dos estudantes. Além disso, é crucial haver compromisso com uma educação inclusiva e democrática, que reconheça e respeite as diferenças individuais e promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes, requerendo ações concretas no âmbito das escolas, das comunidades e das políticas públicas para superar os preconceitos de leitura e construir um futuro mais justo e igualitário para as próximas gerações.

Apesar dos avanços na compreensão dos preconceitos de leitura, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. É crucial reconhecer que a superação dos preconceitos de leitura não é uma tarefa fácil ou rápida, demandando um esforço contínuo e colaborativo de diferentes atores do sistema educacional e da sociedade como um todo.

Nesse sentido, é fundamental investir na formação de professores e na capacitação de profissionais da educação para que estejam preparados para lidar com os preconceitos de leitura de forma sensível e eficaz. Além disso, é necessário fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, que valorizem a diversidade cultural e social dos estudantes e promovam uma relação mais significativa e prazerosa com a leitura.

Outro ponto importante é o fortalecimento das parcerias entre escolas, famílias, bibliotecas, instituições culturais e organizações da sociedade civil, visando ampliar o acesso dos estudantes a diferentes tipos de materiais de leitura e experiências literárias. A promoção de eventos literários, clubes de leitura, oficinas

de escrita criativa e outras atividades extracurriculares pode contribuir para criar um ambiente mais estimulante e acolhedor para a prática da leitura.

Por fim, é essencial que as políticas públicas educacionais priorizem o enfrentamento dos preconceitos de leitura e garantam recursos e apoio adequados para as escolas implementarem ações efetivas nesse sentido. A construção de uma cultura de leitura mais inclusiva e democrática é um processo gradual, mas necessário para promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais conclusões deste trabalho é a necessidade de promover uma cultura de leitura que vá além da mera decodificação de textos, incentivando a reflexão crítica e o questionamento das desigualdades presentes na sociedade. Para isso, é fundamental que as práticas de leitura nas escolas públicas brasileiras sejam orientadas não apenas para o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade à sua volta.

Nesse sentido, é importante que os currículos escolares incluam uma variedade de textos que abordem temas relevantes e controversos, estimulando o debate e a reflexão sobre questões sociais, políticas e éticas. Além disso, é fundamental que os estudantes sejam incentivados a ler de forma autônoma e independente, explorando diferentes perspectivas e ampliando seus horizontes culturais.

A promoção de uma cultura de leitura crítica e reflexiva também requer o engajamento ativo dos professores, bibliotecários e demais gestores escolares, que devem atuar como mediadores e facilitadores do processo de leitura. Isso envolve o estímulo à participação dos estudantes em discussões literárias, o incentivo à pesquisa e à produção de textos próprios, bem como o apoio na seleção de materiais de leitura relevantes e adequados ao contexto dos alunos.

Por fim, é importante que as políticas públicas educacionais reconheçam a importância da leitura como uma ferramenta de empoderamento e transformação social, investindo em programas e projetos que promovam uma cultura de leitura

crítica e reflexiva nas escolas públicas brasileiras. Ao fazer isso, estaremos não apenas combatendo os preconceitos de leitura, mas também contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao longo deste trabalho, foi possível explorar a complexidade dos preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras e refletir sobre o papel crucial da educação no enfrentamento dessas questões. Os preconceitos de leitura representam não apenas obstáculos ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também reflexos de desigualdades sociais mais amplas que permeiam nossa sociedade.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental como agente de transformação social, capaz de combater os preconceitos de leitura e promover uma cultura de leitura mais inclusiva e acessível para todos. A escola deve ser um espaço de acolhimento e estímulo ao prazer pela leitura, onde os estudantes se sintam motivados e valorizados em suas experiências literárias.

Para alcançar esse objetivo, é necessário um compromisso coletivo e contínuo de todos os atores envolvidos no processo educacional: professores, bibliotecários, gestores, famílias, comunidades e formuladores de políticas públicas. É preciso investir em formação docente, repensar os currículos e práticas pedagógicas, garantir o acesso equitativo a materiais de leitura e promover o diálogo intercultural e interdisciplinar.

Além disso, é fundamental que a educação esteja em constante diálogo com as demandas e realidades da sociedade, buscando promover uma leitura crítica e reflexiva que contribua para a formação de cidadãos conscientes e atuantes em um mundo em constante transformação.

Enfrentar os preconceitos de leitura nas escolas públicas brasileiras é mais do que uma questão educacional, é um imperativo ético e social. Ao investirmos na promoção de uma cultura de leitura inclusiva e democrática, estaremos não apenas garantindo o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, mas também construindo um futuro mais justo, igualitário e promissor para nossa sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Preconceitos em Leitura. *In*: MARINHO, Marildes (org.) **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 139-157.

BIBLIOTECA DANTE MOREIRA LEITE. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. **O que é uma revisão de literatura?** São Paulo: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2016/09/Folheto_RevisaoLiteratura_2014.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

CARA, Daniel. **Política educacional brasileira**: ações, programas e impactos. São Paulo: EFPA, 2019.

CECCANTINI, João Luís. Dos clássicos aos contemporâneos. **Letra A**: o jornal do alfabetizador, v.6, n.23, p. 12-15, 2010. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/JLA/2010_JLA23.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1998.

CHARTIER, Roger. **Entrevista concedida à Agência Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-24/habito-de-ler-esta-alem-dos-livros-diz-um-dos-maiores-especialistas-em-leitura-do-mundo>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 1983.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5.ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura, leitura e formação do professor**: aspectos históricos e pedagógicos. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p.107-113.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ROSEMBERG, Fernando. **Práticas de letramento e preconceito linguístico: uma análise crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SANTOS, Alexsander de Melo. **As práticas de leitura dos idosos da Igreja de Deus - Vila Rosa nas mídias sociais**. 2018. p. 52. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

SANTOS, Andréa Pereira. O Bibliotecário além das margens no processo de letramento informacional. *In*: AMORIM, Antonio Carlos; WUNDER, Alik (org.). **Leituras sem margens**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; ALB, 2014. p. 353-365.

SILVA, João da. **O Preconceito de leitura e suas consequências: uma abordagem psicossocial**. Florianópolis: UFSC, 2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: revista e ampliada**. 7.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.